



ACÓRDÃO Nº812/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11410/2018.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Secretaria Executiva da Vice-Governadoria.
- 4- **Exercício:** 2017.
- 5- **Responsável:** Antonio Santino de Souza (Ordenador de Despesa), Edward Malta de Oliveira (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 3084/2019-DMP, Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Mario Manoel Coelho de Mello.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Secretaria Executiva da Vice-Governadoria. Exercício de 2017.

Regularidade com ressalvas. Recomendação. Ofício. Quitação. Determinação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas da Secretaria Executiva da Vice-Governadoria**, referente ao exercício financeiro de **2017**, de responsabilidade dos **Srs. Edward Malta de Oliveira** (período de 01/01 a 04/10/2017) e **Antônio Santino de Souza** (período de 05/10 a 31/12/2017), nos termos do art. 1º, II, 22, II, e 24 da Lei 2423/1996 e art. 188, § 1º, II, e 189, II, da Resolução 4/2002-TCE/AM;
- 10.2. **Recomendar à atual gestão da Secretaria Executiva da Vice-governadoria** que observe os pontos a seguir:
 - 10.2.1. Exija o cumprimento do dever constitucional (artigos 70 e 37 da CF/88 c/c art. 39 da CE/89) referente ao exercício do Controle Interno por parte da **CGE**, bem como forneça as ferramentas necessárias para tornar viável o exercício do Controle Interno no âmbito de suas atividades;
 - 10.2.2. Mantenha atualizado em seus arquivos as Declarações de Bens dos Agentes Públicos, nos termos do art. 13, § 3º da Lei nº 8429/92;
- 10.3. **Oficiar à Controladoria Geral do Estado - CGE** para que dê



ACÓRDÃO Nº812/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

cumprimento ao dispositivo constitucional (artigos. 70 e 37 da CF/88 c/c art. 39 da CE/89) quanto à elaboração e envio do Relatório e Certificado de Auditoria com Parecer do dirigente do órgão do Controle Interno referente às Contas dos órgãos da Administração Direta e Indireta do Estado;

- 10.4. Dar quitação** aos **Srs. Edward Malta de Oliveira** (período de 01/01 a 04/10/2017) e **Antônio Santino de Souza** (período de 05/10 a 31/12/2017), nos termos dos arts. 24 e 72, II, ambos da Lei n. 2423/1996, c/c o art. 189, II, da Resolução 4/2002-TCE/AM;
- 10.5. Determinar** à Secretaria do Tribunal Pleno a adoção das providências previstas no art. 161 da Resolução 4/2002-TCE/AM.

11- Ata: 28ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 29 de Agosto de 2019.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Mario Manoel Coelho de Mello e Luiz Henrique Pereira Mendes (Convocado).

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

Conselheira-Presidente

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO

Conselheiro Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA

Procurador-Geral